

A CLASSE SOCIAL TEM IMPORTÂNCIA NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS? Uma teoria do radicalismo da classe média*

Klaus Eder

A classe social tem importância?

Por que a classe social deveria ter importância?

A preocupação com a classe na teoria e na análise dos movimentos sociais parece suscitar antigas questões que foram ultrapassadas pela evolução da sociedade moderna. A classe não cumpre mais um papel nos discursos diagnósticos sobre as sociedades modernas avançadas. Tornou-se até elegante fazer diagnósticos críticos das sociedades modernas além e contra o discurso em termos de classe. A queda dos regimes comunistas e a ascensão do nacionalismo deram um ímpeto adicional a argumentos em favor da obsolescência da análise de classe para as sociedades modernas. A classe tem a ver com a sociedade industrial e suas ideologias, e como essas sociedades e suas ideologias não mais existem, deveríamos nos livrar das velhas concepções e

ferramentas analíticas usadas para entender a sociedade moderna.

Seguimos uma estratégia que é completamente oposta. Estamos interessados em saber em que medida os novos movimentos sociais são indicadores de novas e profundas divisões ou antagonismos sociais na sociedade moderna. Os novos movimentos sociais foram louvados por introduzirem novas questões, serem portadores de um novo paradigma de existência social e apontarem para novas divisões nas sociedades modernas além das religiosas e étnicas tradicionais. As novas divisões introduzidas por esses grupos são então percebidas como substitutas da antiga divisão baseada na classe, a divisão entre capital e trabalho. Esse argumento normalmente implica que, com a institucionalização do conflito de classe, a noção de classe não mais se aplica.

Este argumento confunde explicação histórica e explicação estrutural. O argumento histórico da institucionalização pode ser verdadeiro, mas isso não implica necessariamente que temos de aceitar o argumento estrutural. Pode ser que o conflito de classe industrial não mais domine os conflitos de classe. Aceitamos até a idéia de que esteja diminuindo a importância desse tipo de conflito de classe,

* Publicado originalmente em Louis Maheu (ed.), *Social movements and social classes. The future of collective action*, Londres, Sage, Sage Studies in International Sociology, 46, 1995.

Tradução de Otacílio Nunes.

Revisão de Brasília Sallum Jr.

mas argumentaremos contra a idéia de que o conflito de classe está tendendo a desaparecer com o desaparecimento de sua primeira corporificação: o conflito de classe organizado em torno da contradição entre capital e trabalho.¹

Por que então mantemos a classe como um elemento estrutural na explicação dos movimentos sociais? A opção teórica e conceitual pelo conceito de classe tem a ver com o modo como a sociedade moderna é organizada. Ao analisar as arenas dos movimentos sociais em sociedades baseadas numa cultura igualitária e libertária, restam duas arenas: direitos políticos e relações industriais. Analisamos então ou a luta pela extensão de direitos universais ou a luta entre classes de pessoas cujos interesses, normas e valores são incomensuráveis. A lógica dos direitos políticos é a inclusão universal de todo ser humano em estruturas que garantam esses direitos; a lógica das relações industriais é relacionar umas às outras classes antagônicas de pessoas. Qual das duas é a escolhida ao se constituir a ação coletiva é algo que varia empiricamente. O movimento operário combinava os dois aspectos; se os novos movimentos sociais também o fazem, ou se eles são predominantemente ações coletivas do primeiro tipo, é também uma questão empírica. Assumimos que, como o velho movimento, os novos movimentos sociais contêm ambos os elementos. Eles são movimentos que lutam por mais justiça, por mais direitos e liberdade, e são simultaneamente movimentos que opõem categorias de pessoas a outras categorias,² criando assim uma arena de conflito sobre questões nas quais os ganhos de alguns são necessariamente casados com as perdas de outros.³ Portanto, a fundamentação para a persistência no conceito de classe tem a ver, primeiro, com a suposição de que os novos movimentos sociais não podem ser reduzidos a movimentos que demandam inclusão universal. Queremos descobrir se esses movimentos (definidos como movimentos-questão) revelam que em uma questão estão em jogo interesses, normas e valores antagônicos e até incomensuráveis. A segunda fundamentação é que queremos conceituar os novos movimentos sociais de um modo que não exclua de antemão a possibilidade de eles serem parte de novos antagonismos sociais emergentes.

Classificações conceituais

A pergunta sobre se as classes sociais têm importância na análise dos movimentos sociais não pode ser respondida sem que sejam discutidos os problemas subjacentes à análise de classe e à análise de movimento. Na análise de classe há o problema de se ainda existem classes no sentido de características partilhadas de existência social, ao passo que na análise de movimento o problema está em se os movimentos ainda podem ser vistos como classes mobilizadas no sentido de atores históricos com consciência de classe. Ao adotar as versões extremistas de cada um deles, temos, por um lado, a análise de classe como uma análise de condições objetivas de existência de grupos sociais e, por outro, a análise de movimento como uma análise das práticas coletivas e criativas de grupos de atores sociais. Como as duas perspectivas podem ser conciliadas?

Poder-se-ia, por exemplo, perguntar em que medida a classe social é uma variável independente que explica a ascensão e a queda dos movimentos sociais. Essa pergunta pressupõe que tenhamos uma idéia do que é uma *classe*. Devemos definir alguns critérios que constituem a classe como uma variável independente. Poderíamos perguntar até que ponto o conceito de classe pode ser aplicado para caracterizar grupos sociais específicos nas sociedades modernas, e então analisar o *status* econômico, político e cultural desses grupos.⁴ A classe é vista conseqüentemente como externa à prática coletiva de atores do movimento social, e é isso que a torna uma variável independente na explicação de práticas mobilizadoras. Uma tal perspectiva implica também que podemos definir os *movimentos sociais* como independentes de classe, e conceituá-los em termos de uma teoria da ação coletiva. Os movimentos sociais são definidos como práticas coletivas nas quais interesses, normas e valores racionais determinam o resultado da ação coletiva. Esses critérios não são impostos como restrições estruturais à ação, mas são vistos como opções no curso da ação coletiva.

A construção teórica das duas variáveis deixa de lado, pela própria conceituação, o problema de seu inter-relacionamento. Poderíamos resolver essa questão — como é feito usualmente — por

meio de considerações metodológicas de probabilidade. Por exemplo, poderíamos perguntar qual a probabilidade de que indicadores de classe tenham a ver com indicadores de mobilização, e concluir que há um inter-relacionamento entre os fenômenos observado a partir da probabilidade de covariância. A questão de se a mobilização pode ser atribuída à classe é conseqüentemente resolvida identificando-se ocorrências conjuntas no espaço e no tempo. Todavia, tais ocorrências conjuntas não autorizam uma explicação causal. Uma das razões para isso é simplesmente que, na medida em que uma explicação causal funcione, são destruídas as premissas para uma causalidade adicional do mesmo conjunto de condições. A idéia de uma determinação estrutural de cursos de ação tem um efeito paradoxal: quanto mais as estruturas sociais produzem cursos de ação que têm efeitos sobre as estruturas, que até mesmo criam estruturas, menos essa estrutura tem um efeito determinante. A propriedade paradoxal da teoria da classe é que sua realização empírica destrói as condições de sua adequação empírica. Resolver esse paradoxo simplesmente desistindo da análise e da explicação estrutural leva a uma teoria individualista da agência e a um retorno aos princípios do individualismo metodológico. Defenderemos, em oposição a essas estratégias reducionistas, uma teoria “estruturalista” da agência. A idéia é que devemos analisar a ação coletiva como um tipo de ação cuja natureza coletiva é constituída por aspectos estruturais da sociedade. A classe é uma desses aspectos. A ação coletiva se corporifica não só politicamente, mas também socialmente. Portanto, a pergunta geral é: *Em que medida a ação coletiva reproduz formas tradicionais de conflito de classe, e em que medida contribui para sua reorganização e, finalmente, para a emergência de novas formas de conflito de classe?*

Essa pergunta básica nos permite uma diferenciação entre dois tipos de efeito que emergem na interação de classe e ação coletiva. O primeiro efeito é aquele tradicional da classe “determinar” a ação coletiva. O segundo é o efeito da ação coletiva sobre a classe. Esse último efeito é menos visível porque só se torna manifesto quando a classe (tradicional!) não mais tem efeitos sobre a

ação coletiva. Se mostrarmos que o primeiro efeito não existe, não estamos ainda autorizados a concluir que a classe não desempenha nenhum papel. Há ainda a possibilidade de que os movimentos sociais dêem à ação coletiva um novo significado que não só se manifesta nela, mas até contribui para a redefinição da estrutura de classe e do conflito de classe tradicional a ela ligado.

Enquanto só procuramos uma resposta para a primeira parte da pergunta acima, não temos de levar em conta as condições estruturais do aspecto “criativo” da análise de movimento social. Mas tão logo o façamos, um segundo aspecto estrutural tem de ser introduzido: a cultura como o repertório de entendimento da ação coletiva. Em uma situação histórica na qual uma velha estrutura de classe perde seu significado para a ação coletiva, redefinições da situação social tornam-se uma parte central da ação do movimento. A ação coletiva tem de entender a si própria, tem de inventar um significado, mas é restringida nesse entendimento pelo repertório cultural de significados possíveis. O primeiro efeito, como descrito acima, opera sem a cultura; a cultura pode ser reduzida a uma ideologia que reproduz uma dada estrutura de classe. O segundo efeito não pode ser descrito sem referência à cultura. Nosso interesse passa então para as possibilidades contidas nesses novos significados de identificação e referência a um novo conflito de classe além das divisões políticas, religiosas ou culturais que abundam em qualquer sociedade. A classe, concluímos, tem importância no estudo de movimentos sociais de dois modos muito diferentes, e é o segundo efeito que é nossa principal preocupação. Portanto, temos de olhar para os “novos” significados culturais imputados às ações coletivas que levam a conflitos sociais diversos, à “mobilização” e à “contramobilização” fora dos relacionamentos de classe tradicionais. Se esses novos significados a dissolvem ao reduzi-la a meras divisões políticas que podem ser manejadas por procedimentos institucionalizantes de resolução de conflito, é o tema de um debate controverso. Nossa hipótese é que os novos movimentos sociais, vistos pelo lado “criativo” da ação coletiva, criam significados que não mais se relacionam ao conflito de classe tradicional.

Tomamos essa proposição teórica como um ponto de partida para uma reinterpretação da ligação entre classe e movimento. Conceituamos a atividade “criativa” nos novos movimentos sociais como uma interação entre ação e cultura e tentaremos dar conta do caráter “criativo” da ação coletiva por meio da análise dos interesses, das normas e dos valores que a orientam. Para incluir a classe como uma variável, postulamos que há diferentes modos de relacionar movimentos com classe social: ou o caráter de classe da ação coletiva ou a definição cultural de relações de classe. O modelo para explicar essas diferentes ligações entre classe e a geração ou reprodução de mobilização dos movimentos pode ser representado como segue:



A implicação teórica para a teoria da classe é que a classe tem dois efeitos. Tem um efeito determinante que é o teste “conservador” do papel da classe. Ela tem relevância e poder explicativo porque afirmamos que basear práticas de protesto em posições sociais específicas de classe permite explicar a força e a durabilidade específicas dessas práticas. O primeiro efeito da classe, então, é servir como uma “estrutura de oportunidade social” para a ação coletiva. É isso que descrevemos como o primeiro tipo de relação entre classe e movimento. Todavia, a estrutura de classe não é invariante; ela pode ser redefinida pela ação coletiva. O segundo efeito implica que estruturas de classe dadas não mais determinam a ação coletiva e que a cultura não mais pode ser reduzida a uma ideologia específica de classe. A ação coletiva ganha assim um aspecto “criativo”. Ela cria uma arena de conflitos sociais na qual são redefinidos os princípios de separação e oposição de classes de pessoas. Nosso modelo contém portanto um circuito de retroalimentação no qual a cultura funciona como a variável mediadora entre ação coletiva e classe, permitindo uma dinâmica da estrutura de classe no curso da própria ação coletiva.

Surge disso uma pergunta simples e básica: os movimentos sociais produzem práticas e signi-

ficados dessas práticas que nos autorizam a descrevê-los como parte de uma nova divisão de classe nas sociedades modernas? Ou essas práticas produzem significados que podem ser tratados no interior do sistema de resolução institucionalizada de disputas? Para testar essas questões, propõe-se a teoria de que os novos movimentos sociais são formas de radicalismo de classe média e protesto de classe média que se caracterizam por dois aspectos estruturais que indicam essas novas práticas e significados antagônicos. O primeiro é que os novos movimentos sociais são portadores de *projetos de identidade* que não podem ser tornados o objeto de formas políticas de resolução de conflito. O segundo é que os novos movimentos sociais estão preocupados com *questões que são inegociáveis* no interior das estruturas institucionais existentes. No que segue mostraremos como uma concepção revisada de classe pode esclarecer aspectos estruturais emergentes do relacionamento entre classes médias e movimentos sociais vistos como uma expressão da ação coletiva ligada à classe.

As classes médias na teoria: a necessidade de um novo quadro conceitual

A história das classes médias e a teoria da classe tradicional

A noção de classe tradicional foi usada para realizar duas diferentes intenções normativas. A primeira foi identificar aqueles que são explorados como uma classe. Classe nesse sentido tornou-se quase sinônimo de exploração.⁵ O outro interesse normativo foi a identificação dos exploradores, das pessoas que estão numa posição estruturalmente vantajosa ou que possuem poder pessoal direto sobre outras, tal como a classe capitalista, como a corporificação dos estruturalmente favorecidos. Esse modelo de classe foi generalizado num modelo de poder. As classes são relacionadas umas às outras em termos de poder ou falta de poder: os sem poder são aqueles sem nenhum controle das condições materiais de sua existência; são simplesmente os pobres. Por outro lado, temos classes de

peças com poder econômico, social ou mesmo cultural; a chamada “nova classe”⁶ é a corporificação dessa dominação política e cultural.

Entre as duas motivações normativas para identificar classes, nunca houve um lugar sistemático para as *classes médias*.⁷ Elas simplesmente não podiam mobilizar a atenção teórica exceto em fórmulas depreciativas tais como “classes pequeno-burguesas”, “aristocracia do trabalho” ou “pequenos proprietários”.⁸ Não houve nenhuma preocupação normativa em lidar com esses grupos, que só propunham dificuldades para as teorias de classe tradicionais (que não contribuía para um adequado entendimento deles). A primeira preocupação sistemática foi motivada por uma experiência negativa: o papel das classes médias na ascensão do fascismo. Foi só na década de 1970 que as classes médias voltaram a receber atenção teórica,⁹ e pela primeira vez de modo não depreciativo, devido ao seu papel no surgimento do que foi chamado de novos movimentos sociais. As classes médias eram vistas como uma classe social que se tinha tornado um ator histórico, desenvolvendo desse modo uma consciência que tinha efeitos inovadores na sociedade e efeitos significativos no quadro institucional das sociedades modernas.¹⁰ Isso explica o renascimento do interesse nas classes médias, o que, é claro, deu suporte à suposição de que a classe baixa e seu embutimento no conflito de classe industrial não mais servem como o modelo para um entendimento da classe média emergente.

Argumentarei que a expressão “classe média” tem sentido, historicamente, no contexto de uma relação de classe definida pela classe trabalhadora e pela classe capitalista.¹¹ Sua posição intermediária explica a reação específica e os movimentos de grupos sociais que não se tornaram uma classe. É a exclusão das classes médias de uma relação de classe, sua existência como não-classe, que mostra ter poder explicativo em relação à ação coletiva; o radicalismo de classe média pode ser explicado por sua tendência a evitar ser identificada com as classes baixas e seu fracasso em tornar-se uma classe dominante. Essa situação das classes médias, todavia, muda com a ascensão da “nova” classe média. Para esclarecer essa nova situação, nós

recorreremos à suposição controversa da “nova classe média” como a base de classe dos “novos movimentos sociais”.

O conceito de uma “nova classe média” levanta o problema de se ela pode ser vista em continuidade ou em descontinuidade com as velhas classes médias. O argumento central em favor da descontinuidade foi que a perda de uma cultura de classe trabalhadora levou a uma cultura não-classista de protesto e recolhimento privado. Há duas versões deste argumento, uma afirmando a emergência de uma cultura de massa universal, a outra afirmando a emergência de diferenças culturais que dissolvem a cultura em culturas extremamente individualizadas.¹² Os desenvolvimentos, por mais contraditórios que sejam, têm algo em comum: negam a própria possibilidade de uma cultura que esteja relacionada a conflitos de classe e a relações de classe como tinha sido característico da classe trabalhadora. A nova classe média – como sua antecessora histórica, a velha classe média – desenvolveu sua cultura fora da relação de classe dominante; mas, com o surgimento dos novos movimentos sociais, tornou-se um elemento constitutivo de uma nova estrutura de classe emergente. A “velha” estrutura de classe excluía as classes médias sistematicamente e as via como grupos fronteiros. Nós vemos os novos movimentos sociais como o mecanismo que cria uma nova estrutura de classe nas sociedades modernas, dando a essas classes médias um papel central na reestruturação das relações de classe nessas sociedades.

A classe média no século XIX não era muito numerosa mas cumpria papéis-chave na estrutura social, no sentido de que aqueles que a ela pertenciam controlavam o fluxo da comunicação cotidiana na sociedade. Comerciantes e artesãos ofereciam cenários sociais onde as pessoas se encontravam e trocavam idéias. Professores e funcionários cuja função socializante é constitutiva de seu papel profissional tinham contato cotidiano com as pessoas.¹³ Estruturalmente, as classes médias foram definidas por sua localização no setor de serviços. Esse setor cresceu desde então, passando a incluir os artesãos e os comerciantes não-proletarizados, os grupos emergentes de colarinhos-brancos des-

de o começo do século XX, e finalmente grupos profissionais nas atividades de serviço social que cresceram em número nas quatro últimas décadas.¹⁴ O desenvolvimento das classes médias como uma cultura mostra, todavia, um perfil errático. Esses grupos foram definidos em discussões recentes como partilhando o *habitus* do “pequeno-burguês”. Esse rótulo originalmente se referia mais à cultura de pequenos proprietários (em oposição aos grandes proprietários, aos capitalistas e às classes proprietárias de terra tradicionais) do que à sua exata posição de classe. A expressão, originalmente restrita aos pequenos proprietários (artesãos e comerciantes), foi estendida a outros grupos não ligados à produção, e finalmente a grupos de classe média em geral. Entre as guerras mundiais esses grupos tinham sido descritos como uma classe baseada no consumo conspicuo¹⁵ e como sendo politicamente reacionários.¹⁶

É suficiente notar que, em relação à expressão “classes médias”, as definições existentes sinalizam a impossibilidade de classificação desses grupos na relação de classe vinculada à sociedade capitalista industrial. Ademais, essa discussão mostra que a descrição das classes médias em termos de classe contém uma ambivalência fundamental. Não há consenso na discussão de se as classes médias deveriam ser vistas como uma classe dominante ou como uma classe dominada. As interpretações da nova classe média divergem radicalmente: para alguns elas são o novo proletariado; para outros, uma nova classe dominante.¹⁷ Essa ambivalência básica não se deve a má teoria, mas ao fenômeno em si. Em vez de isso nos motivar a desistir do uso da classe como um conceito explicativo, afirmamos que ambas as conceituações estão corretas. As classes médias são constituídas – dentro da estrutura de classe tradicional – tanto de classes dominantes quanto de classes dominadas; elas contêm em si relações de dominação como uma relação social latente. A ambivalência teórica pode ser tomada como um indicador de um enigma não resolvido, o de que a construção teórica das classes médias tenta assimilar o fenômeno das classes médias ao modelo de classe característico das relações de classes tradicionais.¹⁸

Esse enigma tem de ser resolvido hoje por duas razões: em primeiro lugar, usar um modelo de análise de classe no qual a maioria da população fica no meio das classes¹⁹ obviamente mina a relevância da estrutura de classe tradicional; em segundo lugar, as classes médias tornaram-se o elemento mais dinâmico na modernização da sociedade moderna – elas mostraram ser um importante suporte da mobilização coletiva, cumprindo, portanto, um papel social atribuído às classes baixas pela teoria tradicional. As duas razões nos deixam com duas opções: ou desistir das explicações em termos de teoria da classe, ou revisar a abordagem da teoria da classe. Nossa proposta é “revisionista”: levar em conta a mudança na sociedade moderna que deslocou o lugar das relações de classe, das relações industriais para outros campos. Para argumentar em favor dessa posição, olharemos mais de perto a “nova” classe média. Suspeitamos que a nova classe média atraiu atenção, basicamente, não por causa de sua localização, mas por causa de sua cultura específica. Vemos nessa predominância da análise cultural um modo implícito de lidar com o que chamamos o efeito criativo da cultura sobre a classe. Mas as classes médias, não baseadas socialmente nem em relações de classe nem numa cultura de inclusão universal (numa sociedade civil), até agora não tiveram sucesso em definir seu papel e sua identidade nesses termos. Sua cultura foi de permanente fracasso. Elas falharam quando se envolveram em conflitos sobre inclusão universal, e quando participaram de conflitos de classe, terminaram do lado da classe dominante.²⁰ Nossa suposição teórica central é que, com as novas classes médias mobilizadas, essa história de fracassos políticos e culturais chegou ao fim.

Operacionalizando a classe: rumo a uma noção construcionista de classe

A análise histórica das classes médias lança os fundamentos para uma discussão das mudanças provocadas pela emergência das novas classes médias e por sua mobilização nos novos movimentos sociais. Todavia, ela deixa de lado o questionamento metodológico sistemático. O desenvolvimento de uma teoria revisada da classe em geral, e

da classe média em particular, obviamente nos força a evitar o procedimento metodológico geralmente usado para comprovar uma base de classe nos movimentos sociais. Portanto, é imperativo lançar algum fundamento metodológico para que a teoria avance.

Na busca de medidas de uma base de classe, alguns pesquisadores recorreram à análise da composição social dos ativistas de um dado movimento. Esses pesquisadores realmente defenderam a idéia de que uma classe consiste em ativistas. A mesma estratégia foi seguida em relação à composição social dos apoiadores (definidos como aqueles que se identificam com metas adotadas por um movimento), mas nem uma nem outra é um indicador do caráter de classe das mobilizações. O que aconteceria se aplicássemos esse argumento à classe operária? A existência de ativistas ou de apoiadores do movimento operário teria se tornado o critério da existência de uma classe operária. É óbvio que há muito mais no movimento operário do que seus ativistas ou seus apoiadores. Eles fazem parte — e esse é o lugar sistemático de tais análises — do que foi chamado a “estrutura de oportunidade social” para a constituição de uma classe. A análise da composição dos ativistas diz de onde vêm as pessoas que se engajam em ações de protesto, mas não diz por que as ações dessas pessoas devem ser consideradas como um elemento de classe. A classe de origem de alguém não é garantia de que sua ação seja uma ação de classe.

Um segundo passo na análise seria investigar mais intensamente as dimensões da cultura de protesto que emerge entre pessoas de classe média mobilizadas. Propriedades simbólicas compartilhadas adicionam às características socioestruturais a dimensão de uma unidade cultural de radicalismo de classe média. Essa não é ainda uma medida de classe; ela permite, todavia, a adição de uma segunda série de condições necessárias para que a classe emerge.²¹ O critério é uma certa unidade cultural surgida da ação coletiva que possa ser generalizada nos grupos mobilizados e além deles. Na perspectiva marxiana e weberiana clássica, essas características partilhadas podem ser divididas em *interesses*, *normas* e *valores*.

Interesses partilhados são um critério definidor elementar da cultura de movimento. Esse critério é ele próprio variável, dependendo de interpretações de quais são os interesses de alguém. Historicamente, os interesses dos proletários se inscreviam na moldura da injustiça,²² e dentro dessa moldura eles foram capazes de definir seus interesses. Se essa moldura é universal é uma questão aberta (exceto para os mais ferrenhos teóricos da escolha racional). Dada a dominância da moldura da injustiça, pelo menos para as sociedades ocidentais modernas até o presente, podemos definir interesses partilhados como o cálculo de que recebemos menos do que deveríamos. Essa moldura foi dominante até agora na transição da sociedade tradicional para a moderna e para a modernização.²³

Normas partilhadas são um segundo aspecto de uma cultura de movimento. Assim o critério definidor de classe se torna dependente de quadros institucionais dados. Isso se aplica à noção de colarinho “azul” e “branco”, que é basicamente uma definição legal. As normas diferenciam tipos de cidadãos e criam um sentido de comunidade baseado em normas que definem o *status* de um cidadão. Essas definições normativas não coincidem necessariamente com o critério de interesses partilhados. Mas a definição normativa do que se aplica em conjunto tem o efeito de criar um círculo mais amplo de pertencimento cultural, transformando conseqüentemente a cultura de protesto em uma cultura de grupo mais abrangente.²⁴

Um terceiro mecanismo para transformar e normalizar uma cultura de movimento são os valores partilhados. Ele foi o objeto da “psicologia social de classe” e foi usado na pesquisa de estratificação tradicional para provar e refutar a existência de classes em termos de valores partilhados.²⁵ Esse critério novamente mede em que medida as pessoas foram socializadas em uma cultura, algo que não é necessariamente um aspecto de classe. Ele nos dá informação sobre o grau em que as pessoas classificam a realidade social em termos avaliativos e o grau em que elas são capazes de dar respostas nesse sistema de classificação. Ficamos, em última instância, com um indicador do grau em que uma sociedade está integrada no nível das orientações de valor.

Tentativas de construir uma noção de classe simplesmente acrescentando a dimensão socioestrutural e cultural de constituição de grupos sociais de atores mostraram-se inúteis. Os procedimentos de procurar correlações entre posições ocupacionais e atitudes, de correlacionar os novos estilos de vida a-racionais, não-racionais ou irracionais a diferenças de classe tradicionais (medidas principalmente pela ocupação do pai), não medem o que deveriam, que é a classe. Para identificar os efeitos de culturas de protesto emergentes sobre a redefinição do campo de conflito de classe, temos de definir classe de um modo que vá além dos critérios demográficos e culturais.²⁶ Assim, uma das dificuldades em operacionalizar a relação entre movimento e classe é metodológica: o procedimento escolhido para sua verificação pode facilmente ser tornado representativo e confiável, mas não é necessariamente válido. Ele mede até que ponto essa cultura é capaz de se estender a outras classes. Isso vira o modo de medir a ação de classe de cabeça para baixo: o que foi tomado como classe manifesta não é nada mais que uma medida do grau em que uma cultura de classe pode produzir a imagem de sua ausência de condição de classe.

Problemas metodológicos podem levar a novas teorias. Portanto, proporemos um quadro de referência que lança as bases para uma teoria da classe na qual a classe média possa ser vista como assumindo o papel que a classe trabalhadora tinha na teoria da classe da sociedade industrial. Essa teoria da classe (na qual basearemos depois nossa teoria do radicalismo da classe média) é basicamente uma versão construcionista da teoria da classe.²⁷ Esse construcionismo pressupõe dois elementos: a *agência* e o *contexto* dentro do qual e no qual a agência é situada. Há um terceiro elemento, o *resultado estrutural* de agir dentro de e em uma situação culturalmente definida, que vai da internalização do conflito no sujeito por meio da institucionalização das divisões sociais e políticas até o conflito de classe. Esse terceiro elemento é a variável que ainda deve ser explicada.

Agência tem a ver com a capacidade de grupos sociais para definir e redefinir os interesses, as normas e os valores que os separam além da

diferenciação demográfica de outros grupos sociais. Nós localizamos a agência na capacidade específica de gerar — por meio da mobilização coletiva — definições coletivas de interesses, normas e valores. Cada mobilização tem ou cria sua própria cultura. Conseqüentemente, a agência está intrinsecamente relacionada ao espaço cultural que cria e no qual se baseia para se constituir e se reproduzir como uma capacidade coletiva para a ação. Todavia, a relação entre cultura e mobilização permaneceu um problema em aberto. A cultura da mobilização foi analisada usando teorias de médio alcance de psicologia de massa, privação relativa ou mobilização de recursos para explicar a mobilização coletiva.²⁸ A Grande Teoria tomou qualquer tese elegante que estivesse disponível para fazer generalizações indiscriminadas sobre a cultura subjacente à mobilização em movimentos sociais: pós-materialismo, mundo da vida, colonização e individualização são exemplos dessas abordagens.²⁹ Essas teorias supõem que a cultura que elas medem de diferentes maneiras já está dada. O pós-materialismo, por exemplo, foi explícito nessa suposição. As teorias do mundo da vida supõem um modo comunitário com existência anterior à sociedade. As teorias da individualização supõem uma cultura moderna de individualismo como uma orientação cultural geral nas sociedades modernas. As teorias da escolha racional simplesmente pressupõem uma cultura partilhada de interesses, normas e valores, na qual atores coletivos se comportam com base no cálculo de seus recursos disponíveis e dos possíveis ganhos a serem obtidos dada sua “estrutura de preferência”.³⁰ Em oposição a essas abordagens, tem de ser enfatizada a *construção de tais culturas no processo de ação coletiva*, o que reduz essas teorias a meras hipóteses sobre princípios organizacionais alternativos de culturas de mobilização emergentes.³¹

O segundo elemento envolve o contexto, isto é, a arena de conflitos sociais na qual os novos movimentos sociais se situam. Estes são antes de mais nada movimentos culturais que transcendem o campo das relações industriais. Os termos usados para definir o novo campo de conflitos sociais são identidade, expressividade e a boa vida.³² Definir o campo de agência desse modo implica tipos e

racionalidades de ação além do cálculo utilitário constitutivo do modelo de relações industriais e conflito de classe industrial. Definir um novo campo de conflito social não implica necessariamente que esse campo não esteja mais conectado a um possível conflito de classe e portanto a um novo tipo de estrutura de classe. Essa conclusão dominou a idéia teórica de “individualização” nas sociedades modernas (Beck, 1992; Melucci, 1995). A alternativa é olhar para as novas fronteiras criadas no processo de individualização. Contrariamente à imagem de uma sociedade de pessoas extremamente individualizadas distintas umas das outras e envolvidas em demarcar tais distinções, defendemos a imagem de uma sociedade organizada em torno da tentativa de refazer-se de tal modo que a exclusão dos meios de produção não mais seja o critério dicotomizante. A dicotomia social que é inventada e em última instância defendida é uma na qual o critério dominante é a exclusão de uma sociedade que permite a identidade e o individualismo expressivo. A cultura dos novos movimentos sociais contém um elemento de dicotomização da realidade social, a saber, a idéia de *exclusão dos meios sociais de realização de identidade*.

Podemos agora especificar nossa meta explicativa: a mobilização de uma nova cultura de protesto além da cultura de protesto industrial tem algum efeito sobre a estrutura de classe? Podemos também especificar uma suposição básica de nossa teoria, que é a de que as pessoas em diferentes classes sociais que são mobilizadas em movimentos sociais (como ativistas), ou que se identificam pelo menos com as metas de movimentos sociais (como espectadores), o fazem porque se identificam com valores culturais e não porque experimentam uma falta de poder (seja em termos econômicos, políticos ou culturais). O mecanismo de mobilização aparece em resposta não à diferenciação de classe e à competição de classe, mas ao desejo de tomar medidas acerca de assuntos que são do interesse das pessoas. Ao fazê-lo, essa ação cria um sentido de identidade coletiva entre grupos sociais. Ele define quem faz parte e quem não faz parte da ação e de suas metas. Na medida em que um tal conjunto de limites, uma tal criação de identidade coletiva, possa ser relacionado a posi-

ções sociais (a “*status*”, seja ocupacional, educacional ou político), isso mudará a estrutura de classe, tanto em sua diferenciação quanto nas formas de competição de classe. Assim, a resposta a nossa pergunta será: que *as classes realmente têm importância no estudo dos movimentos sociais, não só como causas de mobilização, mas também como efeitos da mobilização*. Os movimentos sociais também criam relações de classe. A classe não é um fato social, mas é — além de uma construção teórica — uma construção social. Isso obriga ao abandono de qualquer idéia de existência natural da classe. Não há nenhuma classe baixa, nem média, nem dominante enquanto tal.

Essa abordagem construcionista da classe, todavia, tem limites que são estabelecidos pela “estrutura de oportunidade social” das sociedades modernas avançadas. A estrutura de oportunidade social é entendida como os processos socioestruturais (diferenciação ocupacional, diferenciação cultural, diferenciação de renda, diferenciação de estilo de vida etc.) que abrem o espaço social para a diferenciação de classe e as relações de classe. A capacidade da nova classe média para redefinir o campo do conflito de classe depende da sua situação objetiva em termos de ocupação e formação educacional. Processos contrabalanceadores no nível das instituições também têm de ser levados em conta. A teoria da institucionalização do conflito de classe argumenta que as instituições, acima de tudo a regulação política institucionalizada, definem as fronteiras entre classes e moldam as relações de classe. Essa teoria foi especialmente bem-sucedida em relação à institucionalização do conflito de classe industrial nas sociedades ocidentais modernas. Se ela tem valor explicativo em relação a um conflito de classe pós-industrial ainda é algo a ser visto. As condições que limitam a eficácia da ação coletiva têm de ser integradas como condições contextuais no quadro de referência teórico. Nossa teoria não obstante declara que a mobilização de ação coletiva é o mecanismo básico que muda as fronteiras entre classes e molda as relações de classe.³ Essa teoria nos será útil agora na reformulação da teoria do radicalismo de classe média e em sua transformação numa nova teoria dos “novos movimentos sociais”.

Classes médias e movimentos sociais: uma teoria do radicalismo de classe

Novos movimentos sociais e as novas classes médias: uma crítica de Pakulski

É um esforço teórico inútil buscar uma explicação do protesto contemporâneo em termos de classe? Esse é o ponto de vista defendido vigorosamente por Pakulski (1995),³⁴ que argumenta que os novos movimentos sociais têm uma base social que atravessa as linhas de classe. São a geração, a posição e a mobilidade que são características dos grupos de pessoas que se engajam na política dos novos movimentos ou simpatizam com ela. Um segundo argumento que explica a falta de correlação entre classe e movimentos tem a ver com sua orientação cultural e conseqüentemente não-social. Os novos movimentos sociais são movimentos carregados de valor que não se ligam diretamente a características socioestruturais relacionadas à desigualdade social,³⁵ portanto sua composição social não seguirá as divisões que têm a ver com desigualdades sociais, mas as divisões que têm a ver com conflitos culturais (tais como conflitos geracionais e conflitos locais).

A contrateoria foi a de que é o “*habitus* pequeno-burguês” (Bourdieu, 1984) que serve como uma ligação entre as novas classes médias das sociedades modernas avançadas e os novos movimentos sociais.³⁶ Nossa suposição é que eles são ainda mais que isso. São a parte mais visível de um novo tipo emergente de antagonismo de classe, centrado em questões além da exploração e da injustiça. Isso leva às seguintes perguntas: os novos movimentos sociais são capazes de tornar suas orientações culturais a base para um novo conflito de classe? ou eles são grupos definidos por critérios atributivos que contribuem para um ciclo de protesto na história do protesto da classe média moderna? Gostaríamos de seguir a primeira estratégia explicativa e argumentar que o radicalismo de classe média contemporâneo não é uma manifestação de ciclos de protesto, mas um momento na constituição de uma nova relação de classe para cuja análise a classe “média” é a chave. Argumentos em favor de uma interpretação cíclica foram

usados na pesquisa recente em estratificação social.³⁷ O argumento é que o retorno à normalidade demográfica, ou seja, à estratificação social “normal” depois dos efeitos niveladores iniciais da expansão educacional desde a década de 1970, levará a uma normalidade cultural no sentido de um retorno a um nível normal de protesto na sociedade, a uma redução das formas não-conventionais de comportamento político e a uma redução dos estilos de vida hedonistas. Nosso argumento contra teorias que deduzem ciclos culturais dos demográficos se baseará na distinção entre as “causas acionadoras” e os “efeitos estruturais” dessas mudanças demográficas no potencial de mobilização para o comportamento de protesto. Com relação às causas acionadoras, adotaremos o argumento de que a geração do pós-guerra é transitória em suas características socioestruturais: ela experimentou a reorganização de diferenças sociais na estrutura social em razão da expansão educacional, do adiamento do casamento e de novos padrões de curso de vida. Considera-se também como dado que ocorreu um reequilíbrio da estrutura social em conformidade com as formas tradicionais de desigualdade. A estrutura social foi “normalizada”. A geração seguinte à geração do protesto viverá de novo em um sistema caracterizado por padrões de estratificação modernos; as diferenças entre as classes baixa, média e alta se tornarão novamente formas normais de vida social moderna (exceto por um fator — a migração — cujos efeitos sobre a estrutura social não podem ser calculados). Aceitamos portanto o argumento de que a mobilização estava vinculada a essa geração “excepcional”, mas acrescentamos a observação qualificadora de que essa excepcionalidade teve um efeito acionador sobre a mobilização. Tão logo esse efeito tenha ocorrido, as conseqüências se tornam independentes das causas.³⁸

Contra a interpretação metodologicamente sofisticada mas teoricamente mecânica que afirma que os movimentos ascenderão e cairão com o reembaralhamento socioestrutural desses grupos, uma interpretação sociocultural argumentaria que essa geração conseguiu libertar as culturas de classe média tradicionais de seus laços culturais históricos, de sua prisão cultural e de sua depen-

dência ideológica tradicional em relação ao Estado. A geração excepcional das décadas de 1960 e 1970 foi a promotora de uma mudança na cultura de grupos de classe média, criando a “nova cultura do movimento social” que entrou na vida econômica, política e cultural, e até mesmo na religiosa. Esse efeito cultural pode ser atribuído a uma geração demograficamente atípica. Mas a atipicidade não explica por que essa geração produziu o efeito cultural que produziu. Este tem a ver com a cultura específica criada na mobilização desses grupos estruturalmente definidos.

Vemos duas implicações principais desse efeito. Em primeiro lugar, os novos movimentos sociais remoldaram o sistema institucional das sociedades modernas.³⁹ Eles introduziram — ao menos parcialmente — novas divisões políticas. Em segundo lugar, eles estão traçando novas fronteiras sociais nas sociedades modernas, redefinindo desse modo as velhas relações de classe. O papel dos novos movimentos sociais no processo de democratização, e suas conseqüências pretendidas bem como as não pretendidas, foram o objeto de extensa discussão.⁴⁰ Mas a questão de até que ponto a cultura dos novos movimentos sociais teve sucesso em redesenhar não só politicamente mas também socialmente as fronteiras nas sociedades modernas não foi tratada seriamente. A própria questão, ao lado de seu fundamento teórico, foi proposta muito tempo atrás na obra fecunda de Touraine. A hipótese de Touraine é que os novos movimentos sociais não mais se identificam com forças naturais mas com forças sociais (Touraine, 1981). Tradicionalmente, a classe operária foi ligada a forças naturais, as forças da produção. A idéia da classe operária carregava uma ambivalência fundamental: ela era ao mesmo tempo um fenômeno natural e também social. O conceito de classe herdado dessa tradição é um conceito adequado a uma sociedade que ainda está ela própria ligada a formas naturalizadas. Definindo modernidade como desnaturalização da realidade social, a sociedade industrial aparece como uma sociedade “semimoderna”. Dissolver a visão naturalizada da realidade social significa realizar a modernidade. A crítica teórica do Materialismo Histórico como uma teoria naturalista da sociedade é um indicador

dessa “modernização”. Os novos movimentos sociais são seu indicador concreto, e o denominador comum entre eles é que eles se distanciam do naturalismo subjacente ao movimento operário e à classe operária.⁴¹ A desnaturalização da sociedade industrial semimoderna nos força a definir a arena e o objeto dos conflitos sociais e as classes de atores envolvidos de um modo que não é naturalista mas genuinamente social. Isso significa que o campo de conflito de classe não é dado, mas é ele próprio produzido nas práticas sociais, e que os atores coletivos envolvidos não são coletivos predefinidos (o que está implícito na idéia de uma classe “em si”), mas estão se constituindo como classe por meio de sua ação coletiva.

Em relação ao primeiro aspecto, a definição social do campo de conflito de classe, os novos movimentos sociais contribuíram para sua definição genuinamente *social*. Eles transformaram o campo de conflito de classe em “arenas” que são criadas por esses movimentos por meio de sua ação. O conceito de “arena” indica a mudança de ênfase de um campo de conflito de classe dado em termos históricos (e até de história mundial) para arenas fluidas de conflito social.⁴² Em relação ao segundo aspecto, a noção de classe, esses novos movimentos sociais não mais se referem a classe como definidora de sua identidade coletiva. A identidade coletiva é buscada fora de padrões pré-fabricados de identidade que foram transportados na noção semimoderna de classe. Portanto, não mais podemos usar o modelo tradicional de classe e de conflito de classe com relação aos novos movimentos sociais. Faz sentido ainda, então, falar sobre a base de classe média dos novos movimentos sociais?

Eu afirmo que sim. O conceito de classe média é um estudo de caso ideal da modernização da ação coletiva que ocorre no contexto da evolução do movimento operário e da ascensão dos novos movimentos sociais. Ele nos permite desenvolver uma crítica sistemática do conceito de classe e de sua naturalização na tradição marxista e socialista. Se concebemos classe de um modo não-naturalista, temos de definir classe independentemente de critérios naturalistas. Isso não nos levará, nas páginas seguintes, nem à redução do conceito

de classe a uma variável demográfica composta, nem a sua eliminação. Antes, tentaremos desenvolver um conceito de classe que corresponda a uma sociedade que cruzou sua fase semimoderna, e tentaremos mostrar que o conceito de movimento social é preponderante para esse esforço.

Uma explicação dos novos movimentos sociais em termos de teoria da classe: uma crítica de Melucci

A conclusão que foi extraída dessa coincidência é que os dois (classe e movimentos sociais) estão inter-relacionados. De acordo com a análise de classe tradicional, nós simplesmente verificaríamos se os “membros” (ativistas, apoiadores, votantes de protesto etc.) dos novos movimentos sociais são recrutados nas novas classes médias (e/ou em outras frações das classes médias) definindo classe média em termos de características socioestruturais.⁴³ Isso explica por que os processos demográficos (especialmente a expansão educacional e uma estrutura ocupacional cambiante) fornecem oportunidades para mobilização. Mas podemos explicar esses fenômenos igualmente bem sem o conceito de classe (ver Pakulski, 1995). Sabemos que um grupo social, tendo tido a experiência de mobilidade cultural para cima em termos de educação e sendo ativo no setor de serviço social, está propenso a maior mobilização nesse campo de conflitos. A discussão do radicalismo da classe média a que nos referimos demonstra que há uma estrutura de oportunidade social para a “constituição de uma classe”. Esses grupos de classe média são aqueles engajados em ocupações qualificadas de produção e serviço, isto é, aqueles com uma formação educacional que os distingue da cultura da classe operária, e aqueles que produzem e reproduzem os recursos culturais nas sociedades modernas.

Até aqui discutimos os elementos fornecidos por uma estrutura de oportunidade social para a construção de uma classe social. É um problema em aberto em que medida esses elementos levam a um todo unificado, a mais que uma agregação de traços individuais. Para procurar fatores adicionais que constituem uma classe eu proponho olhar para o espaço cultural no qual esses grupos de pessoas se entendem.⁴⁴ Nossa análise histórica

mostrou que a história das classes médias e sua posição socioestrutural entre a classe operária e a classe capitalista dentro da velha relação de classe deixaram o problema da *identidade* como uma preocupação central para as classes médias. As classes médias vivem com uma noção tradicional da boa vida, com as relações sociais consensuais cumprindo um papel proeminente. Portanto, complementamos a idéia de uma estrutura de oportunidade social com a idéia de uma “estrutura de oportunidade cultural” específica. A definição de um novo campo de conflitos, centrado nos meios sociais de realização de identidade, nos permite reunir os “novos movimentos sociais” e a “nova classe média”.⁴⁵

Entre os recursos semânticos disponíveis nessa estrutura de oportunidade, dois conceitos têm importância central: o conceito de *boa vida* e as idéias relacionadas de comunidade e mundo da vida; e o conceito de *relações sociais consensuais*, que tem de ser visto junto com o conceito de comunicação. O primeiro conceito, boa vida, foi a busca da classe média por mais de um século. Ele é acima de tudo uma noção religiosa: a boa vida é levada por pessoas boas. Os grupos religiosos se baseiam nessa bondade — e essas noções religiosas não sobreviveram nem na classe baixa nem na alta, tornando-se, por eliminação, um fenômeno de classe média. A busca dos jovens por alternativas para a cobiça, o materialismo e a violência da geração mais velha é uma expressão da dinâmica interna da cultura de classe média que nunca abandonou sua busca por boa vida. A abominação dos valores de classe média se expressava na liberdade sexual, na oposição à guerra do Vietnã, e assim por diante. Hoje, as classes médias estão obcecadas com o engrandecimento pessoal, a autonomia e a competição. Essa é a base cultural sobre a qual foram construídos os novos movimentos sociais, e da qual eles extraíram suas fontes motivacionais e ideacionais.⁴⁶ A cultura da boa vida é mais que uma idéia filosófica: é a expressão de um estilo de vida específico de classe.⁴⁷ Podemos aplicar essa idéia ao protesto e à inquietação social contemporâneos relacionados principalmente a questões ambientais: riscos e danos ambientais são exatamente aquelas coisas que mais

ameaçam uma boa vida porque ameaçam o mundo físico e, cada vez mais, o mundo psíquico.

O segundo conceito, relações sociais consensuais, alimenta a idéia de um estilo de vida autêntico no qual as pessoas interagem como iguais e livres. A comunicação é um aspecto central do estilo de vida da classe média. Desde assuntos didáticos (como educar os filhos) até questões pessoais (como resolver conflitos com seus parceiros), essa cultura da comunicação começou a servir como um código integrador da cultura de classe média.⁴⁸ As classes baixas estavam tradicionalmente e objetivamente fadadas a negar o primado da comunicação (elas simplesmente não eram capazes de se comunicar do modo como as outras classes podiam). A comunicação das classes dominantes, por outro lado, tinha de ser exclusiva (portanto elas se engajavam em códigos de comunicação ritualizados e especializados). A comunicação de risco parece ser a versão mais nova da ascensão da cultura de classe média em protesto e mobilização coletiva.⁴⁹ Parece que tudo isso conferiu às relações sociais consensuais o papel que a antiga burguesia atribuía a elas duzentos anos atrás.

Mas a teoria, nós propomos, dá um passo adiante acrescentando um terceiro elemento além da estrutura de oportunidade social e da estrutura de oportunidade cultural. Ela afirma que os novos movimentos sociais contêm mais que características socioestruturais e histórico-culturais específicas. Antes, ela interpreta esses movimentos dentro da estrutura de classe de um tipo emergente de sociedade. Na medida em que a teoria de classe foi aplicada a esses movimentos, esta acabou sendo uma aplicação dominada pelo modelo de classe da velha sociedade industrial. A teoria “ortodoxa” é associar a nova classe média com a relação de classe tradicional estendendo a classe dominada para além da classe operária tradicional. Então os novos movimentos sociais são simplesmente variações do conflito de classe baseado “em última instância” na classe operária. A teoria “heterodoxa” é definir as classes médias como situadas fora das classes sociais ou entre elas. Então esses movimentos aparecem de modo negativo; eles estão preocupados com questões que são mantidas fora dos

conflitos de classe tradicionais, estão preocupados com questões que não são de classe; em vez de lutar por uma participação nos recursos sociais, eles “defendem” um mundo da vida.⁵⁰ Contra essas teorias de classe ortodoxa e heterodoxa dos novos movimentos sociais, proporemos a teoria de que a nova classe média é um elemento de um novo tipo de relação de classe.

Essa teoria argumenta que há uma nova relação de classe emergente que tem sua lógica própria e diferente, mas não nega a existência de relações que não são de classe fora dessas classes médias. Certamente, gênero e etnicidade são formas alternativas e concorrentes de relação social e conflito social, mas essas são coletividades socialmente construídas com base em “símbolos naturais”. As classes, ao contrário, existem como fatos sociais, ou seja, como coletividades socialmente construídas com base em símbolos definidos socialmente. Essa é a diferença básica entre a classe e outros critérios que identificam coletividades. As classes médias estão relacionadas umas às outras não mais por condições objetivas de existência, mas por suas práticas coletivas para definir um modo de existência social. O antagonismo fundamental que subjaz esse modo de existência é, como argumentado acima, o conflito sobre os meios de uma existência “identitária”. Ademais, esse conflito não resolve a questão do que é a identidade. A forma específica da classe média de experimentar e perceber o mundo é, como já declarado, caracterizada pelo uso de dois conceitos cruciais e prediletos: *boa vida* e *relações sociais consensuais*. O que dá às classes médias o *status* de uma classe potencial não é a sua história, que as liga a um conflito de classe antigo, mas sua inserção direta numa relação social antagonica que é definida pelo controle sobre os meios de criação de uma identidade, de um estilo de vida identitário. Esse conflito tem um caráter de classe porque não há nenhuma outra solução para esse antagonismo que não seja por mudanças estruturais na distribuição de poder. Como a identidade é um bem indivisível, o conflito sobre a identidade não pode ser submetido a resolução judicial; o conflito está estruturalmente inscrito no problema e nos grupos nele envolvidos.

Nossa teoria consiste, conseqüentemente, de três elementos. O primeiro é a estrutura de oportunidade social que se desenvolveu a partir dos conflitos de classe do período que antecedeu as formas contemporâneas de mobilização e conflito. Nessa estrutura de oportunidade social, as classes médias são definidas meramente por sua localização específica nas relações de classe tradicionais. Essa posição média continua a fornecer um tipo específico de experiência e percepção do mundo que torna esses grupos propensos a se engajarem em questões além das questões de classe tradicionais. O segundo elemento são os temas culturais característicos da história do radicalismo da classe média que estão intricadamente relacionados à localização socioestrutural das classes médias. O terceiro — e decisivo — elemento de nossa teoria é que uma nova relação de classe deve se basear no critério do controle dos meios de uma existência social “identitária”, no sentido de garantir identidade e relações sociais expressivas. Esses meios de existência social não mais são descritos como meios de produção, mas como meios de expressão cultural. Diferenças de poder se referem ao modo como a oportunidade de realizar identidade é definida e seus ativos são desigualmente distribuídos. Esses três elementos contribuíram para uma forma de mobilização que conseguiu redefinir a realidade social em termos dicotômicos. Isso torna os grupos de classe média, que até agora foram definidos como um caso problemático na teoria da classe tradicional, o centro não-problemático de uma nova relação de classe. Argumentamos que as “classes médias” são classes potenciais, e devemos identificar as condições específicas nas quais a classe vai dominar as lutas contemporâneas relativas a uma existência identitária.

A classe social tem importância

Nossa pergunta original pode então ser respondida com um claro “sim”: as classes sociais têm importância. A classe é uma construção social que reúne categorias sociais para formar um todo mais abrangente. Isso pressupõe uma prática coletiva. Analisamos a prática das classes médias como uma prática coletiva e criativa desse tipo; identificamos

nela a construção social do campo de conflito de classe assim como a construção social de uma identidade coletiva como classe social além dos determinantes naturais e naturalizados da existência social. A classe acabou sendo a variável que necessitava de explicação. O principal resultado de nossa teoria é uma mudança radical na questão de pesquisa. Essa questão é: quais são os fatores que contribuem para a capacidade de agência coletiva com o objetivo de definir suas características em termos de conflitos ou antagonismos estruturais? Aqui identificamos variáveis socioestruturais (a ascensão de grupos de classe média dentro da estrutura de classe tradicional) e variáveis culturais (uma história das preocupações da classe média tal como são expressas nas diversas formas de radicalismo de classe média). Acrescentamos finalmente uma terceira variável para fazer uma distinção entre conflitos e antagonismos sociais que podem se tornar o campo das relações de classe e aqueles que não podem fazê-lo. A proposição teórica é definir como um elemento de uma nova relação de classe emergente qualquer conflito que tenha a ver com a exclusão dos meios de uma existência social “identitária”. Os novos movimentos sociais preocupados com a realização de uma existência “identitária” são, portanto, aqueles que alimentam a construção de novas relações de classe. Nesse sentido a classe tem importância nos novos movimentos sociais.

A pergunta sobre se os novos movimentos sociais atravessam linhas de classe ou manifestam novas divisões de classe emergentes em sociedades industriais avançadas levou às hipóteses concorrentes de “radicalismo de classe média” *versus* “comportamento de protesto individualizado”. Uma análise da história do radicalismo pequeno-burguês permitiu a identificação entre algumas continuidades em seu desenvolvimento e formas de protesto atuais. Variáveis adicionais são localizadas na estrutura social (na emergência e na diferenciação interna dos grupos sociais não-proletários). O argumento em favor de uma perspectiva de classe foi ainda sustentado por uma crítica metodológica da literatura “anticlasse” sobre movimentos sociais, mostrando que a suposição anticlasse é o produto de pressupostos metodológicos

individualistas na pesquisa atual do movimento social. Os novos movimentos sociais não são certamente um movimento de classe no sentido tradicional do século XIX. Todavia, eles podem ser vistos como uma manifestação de um novo tipo de relação de classe no qual ocorre a “constituição da classe média” nas sociedades modernas avançadas.

NOTAS

- 1 Essa questão foi levantada de novo por Clark e Lipset (1991), que argumentam em favor da teoria de que as classes estão se extinguindo. Essa afirmação foi enfraquecida em Clark *et al.* (1993), que a reduz ao declínio do significado *político* da classe. A resposta de Pakulski está de acordo com a idéia proposta no seguinte: que essas hipóteses e teorias talvez se devam à noção tradicionalista de classe (Pakulski, 1993). Eu acrescentarei um outro argumento ao debate afirmando que a ligação entre determinação estrutural e ação coletiva é muito mais complexa que o que pode ser representado pela idéia de uma “correlação” entre classe e ação.
- 2 O termo “categoria” ainda deixa aberta a questão de se estamos lidando ou não com classes. Ser capaz de identificar categorias de pessoas não é uma condição suficiente, mas uma condição necessária para a existência de classe. A segunda condição a ser introduzida é o mundo simbólico no qual uma sociedade interpreta as diferenças categoriais que existem numa sociedade. Esse segundo elemento é historicamente variável, e essa é a razão pela qual a idéia de classes determinadas “economicamente” é uma interpretação culturalmente e historicamente específica das diferenças categóricas entre as pessoas.
- 3 O movimento ambientalista é um bom exemplo. Sua universalidade consiste no apelo a uma integração da natureza na sociedade, a uma extensão gradual de direitos dos humanos aos direitos da natureza. Seu caráter de classe está fundamentado no fato de que a ação ambientalista produzirá categorias de pessoas com ganhos (aqueles com interesse em uma economia ecologicamente modernizada) e categorias de pessoas com perdas (aqueles que são excluídos da natureza como um mundo da vida esteticamente recompensador). O meio ambiente é um campo de luta de classe assim como um campo de demandas por mais direitos políticos de modo a incluir direitos para animais ou para a natureza como um todo.
- 4 Isso também exclui a redução das classes a grupos que partilham um “*habitus*” específico. Ao definir as classes em termos relacionais e não em termos substanciais, estaremos mais bem equipados para ver os antagonismos que separam as classes sociais. Nossa teoria, como a de Bourdieu (1984), dá ênfase à diferença entre uma construção teórica da classe em termos de antagonismos sociais e a realidade empírica da classe (Bourdieu, 1987). Todavia, ele se desvia de sua proposição em relação aos indicadores empíricos de classe, que são, em última instância, idênticos aos traços sociopsicológicos de grupos de *status*.
- 5 Isso é básico para a concepção marxista de classe, acima de tudo em sua variante socialista. A variante comunista foi orientada mais para a determinação estrutural dos poderosos (a qual, a propósito, poderia explicar os efeitos reais desse tipo de pensamento).
- 6 Essa noção generalizada de classe subjaz as análises dos pobres como uma classe sem poder (Piven e Cloward, 1972). O interesse na classe como uma elite de poder foi proposto por Mills (1956). Há também versões conservadoras da classe como uma elite de poder. São bons exemplos não só as teorias clássicas das classes dominantes (Mosca e outros), mas também as teorias mais recentes da “nova classe” (Schelsky, 1975; Gouldner, 1979). Para uma boa discussão desses suposições ver McAdams (1987).
- 7 As classes médias são compostas de pelo menos três grupos diferentes: os velhos e novos auto-empregados, os empregados de escritório e a nova classe média (aqueles que trabalham na indústria da cultura e no *business* de saúde). Para essa distinção ver Bourdieu (1984). Dados sobre os novos auto-empregados (o menos conhecido desses três grupos) são apresentados por Steinmetz e Wright (1989). Para dados sobre a Alemanha ver Bögenhold (1985) e, com uma perspectiva mais histórica, Winkler (1983). Para uma análise empírica da velha e da nova classe média na Alemanha ver Pappi (1981).
- 8 Esses termos podem ser encontrados em Marx, onde eles também tinham uma função política. Essa carga ideológica e política é outro indicador do efeito perturbador que esses grupos tiveram para a teoria de classe tradicional. Um bom resumo da discussão da classe média com referência especial à nova classe média é apresentado por Burris (1986).
- 9 Isso se deve principalmente a Bourdieu, cujo trabalho é às vezes visto como um tratado sobre a classe média. Isso é verdade pelo menos no caso de seu livro mais famoso, *A distinção* (Bourdieu, 1984), mesmo considerando o fato de que ele se aferra à imagem negativa tradicional da classe média. Uma visão mais positiva do radicalismo da classe média cumpriu um importante papel na discussão do movimento ambientalista e no movimento pela paz. Ver Parkin (1968) como uma figura inicial, assim como Cotgrove e Duff (1980 e 1981), Kann (1986), Brand (1990) e Offe (1985c). Ver também Eder (1993, pp. 141ss.).
- 10 Essa versão “nova classe” dessa hipótese pode ser encontrada em idéias expressas por Ehrenreich (1989). Esta autora argumenta que aqueles que “descobrem” outras classes – profissionais, pessoal da mídia, administradores e intelectuais – são uma classe média com um enorme poder sobre nossa cultura e nossa própria

- auto-imagem como pessoas. Sua análise não lida com relações de classe, mas com a vida interna dessa classe, com as sugestões de classe que tornam essa classe reconhecível para seus membros.
- 11 Eu falo de classes médias apesar do fato de que se trata de grupos sociais definidos por sua exclusão de uma relação de classe. Isso é terminologicamente inconseqüente, mas nós persistimos no termo porque nos acostumamos a descrever esses grupos como classes médias. O uso do plural é julgado suficiente para indicar a natureza específica de ser classe das classes médias.
 - 12 Uma versão sofisticada da última explicação pode ser encontrada em Pakulski (1988 e 1991). Ele argumenta em favor de uma interpretação em termos que não os de classe, usando os conceitos de “geração”, “posição” e “mobilidade” para explicar a base social dos novos movimentos sociais. Mas essas variáveis não substituem uma análise de classe; elas simplesmente indicam que há uma dimensão temporal, uma dimensão institucional e uma dimensão social para o fenômeno dos novos movimentos sociais. Nem todas as gerações são igualmente afetadas, e isso aponta portanto para conjunturas históricas. Nem toda posição autônoma em um ambiente institucional leva a mobilização; os membros da classe rentista dos séculos XIX e XX viveram sem ser mobilizados em seus nichos institucionais. Uma mobilidade em direção à cidade não leva necessariamente à ação de movimento; a ação desviante é obviamente um equivalente funcional. A questão interessante é sob quais condições esses fatores realmente levam à ação de movimento. A afirmação aqui é que essas condições têm a ver com seu papel e sua função nas relações de classe.
 - 13 Esse fenômeno é extensamente tratado em Eder (1985). A literatura sobre o espaço público emergente no final do século XVIII e no XIX é pertinente aqui.
 - 14 Esse foi o objeto de estudos de um setor de serviço emergente e mesmo de uma sociedade de classe de serviço. A discussão vai de Touraine (1969), passando por Gershuny (1978 e 1983), até Esping-Andersen (1993).
 - 15 Ver, por exemplo, Kracauer (1985). Argumentos semelhantes podem ser encontrados em Lederer (1912 e 1979) e Dreyfuss (1933).
 - 16 Ver Winkler (1971 e 1979), que fez uma extensa pesquisa sobre esses grupos. Ele argumenta que esse grupo se tornou – ao menos na Alemanha – o portador do que foi chamado a “refeudalização” das classes burguesas, que explica seu *habitus* social e político específico. Tendências contrabalanceadoras, tendo a ver com processos de sindicalização, são analisadas por Prinz (1981) e Kocka e Prinz (1983). As classes médias foram também responsabilizadas pela ascensão do fascismo. Há literatura controversa sobre a questão de em que medida o fascismo foi uma mobilização de classes médias e uma manifestação de cultura de classe média. Esse argumento foi apresentado por Speier (1977) e por Hamilton (1982) e foi pesadamente criticado por Falter (1982 e 1984).
 - 17 A nova classe média é com freqüência considerada uma nova elite tecnológica e cultural em razão de sua maior capacidade conceitual, seu melhor conhecimento e sua maior oportunidade de se envolver em política (Baker *et al.*, 1981, pp. 10-11; Alber, 1985). Lipset (1988) também argumenta em favor da última hipótese. Para afirmações mais completas ver Schelsky (1975), Gouldner (1979) e Konrad e Szelenyi (1979). Um argumento bem montado em favor dessa posição é encontrado em Lash e Urry (1987, pp. 161ss.). Ver também Abercrombie e Urry (1988) e Carter (1985). Para a interpretação alternativa referente a um novo proletariado de serviço ver Esping-Andersen (1993, pp. 7ss.).
 - 18 A expressão “classe média” já é reveladora: ela implica a tentativa de encontrar uma localização para grupos sociais em uma relação de classe que não é realmente uma localização. O paradoxo produzido pela expressão “classe média” é que há classes e há grupos que não fazem parte da relação de classe definida por essas classes e ao mesmo tempo são definidos em termos exatamente dessa relação. Importante nesse contexto é a discussão marxista sobre as classes médias. Ver Bechhofer *et al.* (1978) e Bechhofer e Elliott (1981 e 1985). Para uma crítica ver Goldthorpe (1978). Outras explicações numa moldura marxista são encontradas em Burris (1980), Wright (1985, 1986 e 1990), Johnson (1982) e Abercrombie e Urry (1988).
 - 19 Hamilton e Wright (1986) até falam simplesmente das “massas”. Para as excentricidades do discurso sobre a classe média na América ver DeMott (1990).
 - 20 As classes médias contribuíram muitas vezes para a patologia moderna do universalismo. Sendo as portadoras de formas modernas de modalidades antiuniversalistas de cidadania (isto é, formas nacionalistas, populistas ou até racistas), elas se impedem de tornar-se uma força histórica na realização de uma sociedade civil.
 - 21 Elas também, a propósito, permitem o embutimento da formação de grupo na história cultural. Isso é importante no caso do radicalismo de classe média, que só pode ser entendido em contextos históricos.
 - 22 Aqui a obra muito negligenciada de Moore (1978) sobre a injustiça expressa como uma base de desobediência e revolta é pertinente.
 - 23 Isso não significa que mais modernização ainda vá depender desse interesse. A discussão ecológica, pelo menos, levanta dúvidas sobre a dominância contínua desse interesse. Para a discussão clássica ver Hirschman (1977 e 1982). Uma revivescência dessas discussões ocorre no que foi chamado de “Marxismo Analítico” (Roemer, 1986). A questão em todas essas discussões permanece a mesma: os interesses desempenham um papel importante, mas sem que sejam contextualizados em normas e valores os interesses não funcionam. Para um apelo em favor da introdução de normas em um quadro teórico baseado em interesses, ver Elster (1989). Para uma tentativa análoga de fazê-lo com valores ver Hechter (1989, 1990 e 1991).

- 24 Nesse contexto evitamos o termo “classe” pois ele é reservado para um nível de análise além dos grupos reais de pessoas. Mas na literatura o termo “classe” é usado frouxamente. As definições institucionais consideradas acima normalmente foram discutidas no contexto da classe (ver as contribuições de Clegg, 1989). Um exemplo interessante do papel das normas institucionais na definição de grupos ocupacionais como uma classe é o estudo da formação dos *cadres* na França (Boltanski, 1982). Uma aplicação das regulações normativas da cidadania e de seus efeitos sobre a diferenciação de “classes” de cidadãos pode ser encontrada em Lockwood (1987).
- 25 O trabalho clássico é o de Centers (1949), que discutiu classe em termos de atitudes e orientações de valor. Os valores foram proeminentes na Sociologia durante a dominância da sociologia parsoniana. Uma obra importante nessa tradição é Kluckhohn e Strodtbeck (1961). Desde então foi só com Inglehart (1977 e 1990a) que o papel dos valores voltou a receber atenção. Ver também a resposta negativa à pergunta “Os valores deveriam ser escritos a partir do ‘léxico’ dos cientistas?” dada por Hechter (1991).
- 26 A redução demográfica do conceito de classe é característica da maior parte da pesquisa sobre estratificação e mobilidade. Para uma discussão recente do papel da teoria da classe na pesquisa quantitativa de estratificação, ver Sørensen (1991). Ele sustenta que não precisamos de teoria de classe para explicar a desigualdade no mercado de trabalho ou diferenças de renda. Uma tal irrelevância até sustentaria nossa exigência de uma perspectiva de teoria da classe. A teoria da classe não é uma teoria do funcionamento do mercado de trabalho, mas da construção social de campos de ação conflitantes. O argumento no que segue será que as dimensões demográficas são categorias pessoais, que a ocupação, o nível educacional e características do domicílio ganham sua força estruturante não em si, mas pelo significado dado a eles pelos atores, pelas instituições e pela cultura existente.
- 27 Essa teoria se opõe àquela que vê o problema da ordem social como o problema básico de uma teoria da sociedade. Isso não implica que o problema da ordem social seja irrelevante; só afirma que ele é um problema secundário que surge da capacidade de agir nas ordens sociais existentes. Essas ordens são mesmo definidas de modos diferentes: como equilíbrios de interesses, ordens normativas ou ordens baseadas em valores partilhados. A tradição sociológica não chegou a um acordo a respeito de qual era o aspecto central da ordem social. Nós simplesmente vemos essas como três diferentes formas de criar ordem social, o que implica que a teoria tem de explicar por que os atores escolhem uma delas. Uma primazia teórica do problema da agência é a respeito do problema da ordem. Esse argumento pode se basear em argumentos teóricos apresentados, por exemplo, por Giddens (1973 e 1987) e Touraine (1981).
- 28 Para um sumário ver Eder (1993, pp. 42ss.); para uma discussão do argumento da psicologia de massa ver Moscovici (1985); para a teoria da privação relativa ver Gurr (1970); e para a teoria da mobilização de recursos, Zald e McCarthy (1979 e 1987).
- 29 Refiro-me em particular a Inglehart (1977 e 1990a), Habermas (1984 e 1987) e Beck (1992). Melucci (1995) também defende um programa individualista radical, centrando o problema da mobilização coletiva em torno do problema da subjetividade.
- 30 Essa idéia foi adotada para reformular a velha teoria de relações de classe em um novo esquema conceitual. A obra dos “marxistas analíticos” é central aqui; ver Roemer (1982 e 1986) e Elster (1982 e 1985b). Para uma discussão ver Offe (1985a). A lógica diferencial racionalista subjacente ao conflito de classe industrial foi mostrada muito bem em termos das “duas lógicas” de ação coletiva representando as duas classes tradicionais; ver Offe e Wiesenthal (1980). O efeito paradoxal é que tão logo argumentemos em termos da teoria dos jogos, a imagem tradicional das relações de classe reaparece; essa teoria entende as relações de classe características de relações industriais, o que aponta para uma cultura implícita contida mesmo em tais teorias “livres de cultura”.
- 31 Um problema adicional tem a ver com o individualismo metodológico subjacente à pesquisa de levantamento de crenças e opiniões. O individualismo metodológico dá às pessoas *status* igual: todos têm uma opinião (com alguns casos marginais que nunca têm opinião) e é suficiente olhar para a distribuição dessas opiniões. Todos têm recursos (ter uma opinião é apenas um deles) para indicar diferenças e mesmo mudanças na cultura. Valores pós-materialistas podem ser combinados com velhos e novos valores de diferentes modos, mas eles não necessariamente covariam com preocupações ecológicas; eles têm diferentes impactos sobre a capacidade e o potencial de ação coletiva, dependendo de sua relevância-ação, que pode variar consideravelmente. Só temos, conseqüentemente, indicadores que precisam de interpretação extensiva para ter relevância na explicação de culturas de mobilização.
- 32 O retorno do problema da identidade no discurso público moderno e seu papel na moldagem de relações sociais já são provas do poder que esses elementos têm na sociedade. É também um sinal de que as relações de classe tradicionais não mais desempenham um papel importante nas lutas que caracterizam as sociedades modernas. A mudança na teoria sociológica para o domínio simbólico, para uma noção dramaturgicamente de ação social, também é significativa. Ver, por exemplo, a introdução de Gusfield à obra de Kenneth Burke (1990).
- 33 Touraine (1985a e 1985b) às vezes argumenta de um modo que chega perto de uma tal teoria, mas ele permanece basicamente indefinido sobre o *status* da teoria da classe em sua teoria da ação.
- 34 Todavia, sua posição é ligeiramente menos radical considerando-se seus argumentos em relação à tese de Clark e Lipset (1991) de uma extinção da classe. Pakulski (1993) argumenta que as classes são encerradas num

- quadro de referência (o marxista) que exclui a possibilidade de vê-las no mundo pós-industrial emergente. Esse é também o argumento aqui: as classes existem, e alguns dos velhos modelos teóricos não mais nos permitem vê-las. Temos de testar novas teorias da classe para verificar se elas nos permitem ver mais.
- 35 Essa hipótese já foi defendida por Cohen (1985), Offe (1985c) e mais explicitamente por Melucci (1985, 1988 e 1989). Ver também a discussão em Olofsson (1988), que afirma que os novos movimentos sociais são movimentos culturais. Este autor, porém, relativiza o papel desses movimentos, argumentando que eles não estão — como os velhos movimentos — necessariamente vinculados a mudanças societais. Esse último argumento permite uma explicação “fraca” em termos de teoria da classe.
- 36 Essa é uma recapitulação de uma tese formulada por Lederer em 1913! Ver Lederer (1979). Ver também minha discussão em Eder (1989).
- 37 Para esses argumentos ver, entre outros, Bürklin (1984 e 1987) e, recentemente, Blossfeld e Shavit (1993). Bürklin voltou-se para as teorias cíclicas para explicar a ascensão e a queda da mobilização e do protesto supondo uma estabilidade latente das instituições em relação às vicissitudes do protesto. Blossfeld e Shavit radicalizam essa abordagem supondo um conservadorismo latente na estrutura social e na estratificação social, que toma o protesto como manifestações de um reequilíbrio das estruturas sociais, como um fenômeno transitório na auto-organização das estruturas sociais.
- 38 Isso aponta novamente para os tipos autodestrutivos de análise de classe que foram usados na discussão da classe e dos movimentos sociais. Eles aderem a uma idéia determinista de classe que nega propriedades socioculturais que emergem das relações entre classes por meio da redefinição dos interesses, normas e valores que estão em jogo. Esses efeitos emergentes, afirmaremos abaixo, podem ser explicados dentro de uma moldura de teoria da classe que defina as classes como atores coletivos que criam arenas para lutas sociais e contribua para a diferenciação de classe segundo linhas que são diferentes daquelas que dominaram até agora a sociedade industrial.
- 39 Eu evito atribuir um papel histórico a esses movimentos. O efeito é uma mudança nas estruturas políticas e nos procedimentos de tomada de decisão tradicionais que, como um resultado do compromisso de classe com a classe operária, dominaram até agora as sociedades modernas. Esse sistema institucional é posto em questão, e temos de analisar os modos como essa reorganização será efetivada.
- 40 A discussão dos novos movimentos sociais é centrada — implícita e mesmo explicitamente — principalmente nessa questão, de Habermas (1984 e 1987) e Touraine (1985a) à pesquisa de movimento orientada mais empiricamente (Rucht, 1991).
- 41 Esse, afinal, permanece o critério básico da “novidade” dos novos movimentos sociais: que eles se concebem como práticas para as quais não existe razão histórica (= necessária = natural) de existir; antes, a natureza é vista como algo a ser criado (ou defendido por meio da prática). Nesse sentido, o movimento ecológico é o movimento antinaturalista mais radical que pode ser concebido, pois ele toma a natureza não como um determinante da ação social, mas como uma meta de ação, o que inverte completamente o naturalismo característico dos movimentos sociais dominantes do século XIX e da primeira metade do XX (Eder, 1988 e 1993).
- 42 A crescente importância do “discurso público” como mecanismo para criar essas arenas é refletida na virada que a pesquisa de comunicação de massa e a análise do discurso público deram nos últimos anos. Ver, como um exemplo proeminente, Gamson (1988 e 1992) e Gamson e Modigliani (1987 e 1989).
- 43 Para tais tentativas ver Bürklin (1984), Kriesi (1987) e Hulsberg (1988). Kriesi (1989) argumenta em um estudo empírico dos novos movimentos sociais holandeses que a classe média é ela própria dividida, sendo os mais entusiásticos apoiadores a geração mais jovem de “especialistas sociais e culturais” que inclui profissionais e semiprofissionais de ensino, serviços médicos e sociais, as artes e o jornalismo. Para uma análise sofisticada baseada nessa teoria em relação ao caso alemão ver Vester (1983 e 1989).
- 44 Em vez de idealizar o espaço público como a esfera do discurso, uma explicação realista olha para o espaço público como algo embutido na classe social. Para uma tentativa de adotar a noção habermasiana de espaço público numa perspectiva crítica antiilusionária ver Eder (1992).
- 45 Essa é uma idéia contrária à de Melucci (1995), que argumenta que os novos espaços públicos criam a oportunidade para um tipo auto-reflexivo global de ação coletiva que deve ser visto como deslocado da estrutura social. Ele substitui a metafísica do ator coletivo simplesmente por uma noção voluntária (ou noção “agência”) do ator coletivo que nos proíbe de ver afirmações de identidade como socialmente enraizadas e determinadas.
- 46 Há dois livros muito diferentes relacionados a esse tópico: Baritz (1989) e Bourdieu (1984).
- 47 Uma das hipóteses interessantes é de Featherstone (1989), que argumenta que a nova classe média tem um efeito na ascensão do pós-modernismo. Uma teoria geral das posições da classe média e das culturas de classe média está contida em Bourdieu (1984). Ver também Gans (1988) para uma tentativa de estender à classe média como um todo a idéia de “individualismo” como uma orientação cultural básica.
- 48 Isso é verdade acima de tudo para a nova classe média; mas é também um aspecto importante dos outros grupos de classe média que usam a competência comunicativa para marcar sua diferença das classes baixas. Tem um espelho na discussão social-científica clássica de códigos restritos e elaborados como subjacentes aos estilos de vida da classe baixa e da classe média.

- 49 A comunicação de risco está intrincadamente emaranhada na cultura das classes médias. Vista historicamente, a vida da classe média foi arriscada em razão do impacto da economia capitalista. O alinhamento das classes médias com o Estado as sensibilizou para o problema do mundo da vida enquanto tal, acima de tudo para os riscos ambientais de hoje.
- 50 Para tentativas “heterodoxas” de integrar a perspectiva de classe numa estrutura macrosociológica e sócio-histórica mais ampla ver Habermas (1987), Offe (1985b e 1985c), Luke (1989) e Brand (1990), que tentam combinar o tipo “europeu” de explicação dos novos movimentos sociais com a análise de classe.

BIBLIOGRAFIA

- ABERCROMBIE, N. e URRY, J. (1988), *Capital, labour and the middle classes*. Londres, Allen & Unwin.
- ALBER, J. (1985), “Modernisierung, neue Spannungslinien und die politischen Chancen der Grünen”. *Politische Vierteljahresschrift*, 3: 211-16.
- BAKER, K.L., DALTON, R.J. e HILDEBRANDT, K. (1981), *Germany transformed: political culture and the new politics*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- BARITZ, L. (1989), *The good life. The meaning of success for the American middle class*. Nova York, Knopf.
- BECHHOFER, F. e ELLIOT, B. (eds.). (1981), *The petite bourgeoisie. Comparative studies of the uneasy stratum*. Nova York, St Martin’s Press.
- _____. (1985), “The petite bourgeoisie in late capitalism”. *Annual Review of Sociology*, 11: 181-207.
- BECHHOFER, F. e McCRONE, D. (1978), “Structure, consciousness and action: a sociological profile of the British middle class”. *British Journal of Sociology*, 29: 410-36.
- BECK, U. (1992), *Risk society*. Londres, Sage.
- BLOSSFELD, H.P. e SHAVIT, Y. (1993), “Persisting barriers: changes in educational opportunities in thirteen countries”, in Y. Shavit e H.P. Blossfeld (eds.), *Persistent inequality*, Boulder, CO, Westview Press, pp. 1-24.
- BÖGENHOLD, D. (1985), *Die Selbständigen. Zur Soziologie dezentraler Produktion*. Frankfurt, Campus.
- BOLTANSKI, L. (1982), *Les cadres. La formation d’un groupe social*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, P. (1984), *The distinction. A social critique of the judgment of taste*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- _____. (1987), “What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups”. *Berkeley Journal of Sociology*, 32: 1-17.
- BRAND, K.W. (1990), “Cyclical aspects of new social movements: waves of cultural criticism and mobilization cycles of new middle-class radicalism”, in R.J. Dalton e M. Kuechler (eds.), *Challenging the political order. New social and political movements in western democracies*, Cambridge, Polity Press, pp. 23-42.
- BURKE, K. (1990), *On symbols and society*. Editado e com uma introdução de Joseph R. Gusfield. Chicago, University of Chicago Press.
- BÜRKLIN, W. P. (1984), “Ansatzpunkte einer sozialstrukturellen Verankerung der neuen sozialen Bewegungen”, in J. Falter et al. (eds.), *Politische Willensbildung und Interessenvermittlung*, Opladen, Westdeutscher Verlag, pp. 566-79.
- _____. (1987), “Governing left parties frustrating the radical non-established left: the rise and inevitable decline of the Greens”. *European Sociological Review*, 3: 109-26.
- BURRIS, V. (1980), “Class formation and transformation in advanced capitalist societies: a comparative analysis”. *Social Praxis*, 7: 147-49.
- _____. (1986), “The discovery of the new middle class”. *Theory and Society*, 15: 317-49.
- CARTER, R. (1985), *Capitalism, class conflict and the new middle class*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- CENTERS, R. (1949), *The psychology of classes. A study of class consciousness*. Nova York, Russel & Russell.
- CLARK, T.N. e LIPSET, S.M. (1991), “Are social classes dying?”. *International Sociology*, 6: 397-410.
- CLARK, T.N., LIPSET, S.M. e REMPEL, M. (1993), “The declining political significance of class”. *International Sociology*, 8: 293-316.
- CLEGG, S.R. (ed.). (1989), *Organization theory and class analysis. New approaches and new issues*. Berlim/Nova York, De Gruyter.

- COHEN, J.L. (1985), "Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research*, 52-4: 663-716.
- COTGROVE, S. e DUFF, A. (1980), "Environmentalism, middle-class radicalism and politics". *Sociological Review*, 28: 333-51.
- _____. (1981), "Environmentalism, values, and social change". *British Journal of Sociology*, 32: 92-110.
- DeMOTT, B. (1990), *The imperial middle: why americans can't think straight about class*. Nova York, Morrow.
- DREYFUSS, C. (1933), *Beruf und Ideologie der Angestellten*. Munique/Leipzig, Duncker & Humblot.
- EDER, K. (1985), *Geschichte als Lernprozess? Zur Pathogenese politischer Modernität in Deutschland*. Frankfurt, Suhrkamp.
- _____. (1988), *Die Vergesellschaftung der Natur. Studien zur sozialen Evolution der praktischen Vernunft*. Frankfurt, Suhrkamp.
- _____. (1989) "Jenseits der nivellierten Mittelsandgesellschaft. Das Kleinbürgertum als Schlüssel zu einer Klassenanalyse fortgeschrittener Industriegesellschaften", in K. Eder (ed.), *Klassenlage, Lebensstil und kulturelle Praxis*, Frankfurt, Suhrkamp, pp. 341-93.
- _____. (1992), "Politics and culture: on the sociocultural analysis of political participation", in A. Honneth, T. McCarthy, C. Offe e A. Wellmer (eds.), *Cultural-political interventions in the unfinished project of enlightenment*, Cambridge, Mass., MIT Press, pp. 95-120.
- _____. (1993), *The new politics of class. Social movements and cultural dynamics in advanced societies*. Londres, Sage.
- EHRENREICH, B. (1989), *The fear of falling: the inner life of the middle class*. Nova York, Pantheon.
- ELSTER, J. (1982), "Marxism, functionalism, and game theory. The case for methodological individualism". *Theory and Society*, 11: 453-82.
- _____. (1985a), "Drei Kritiken am Klassenbegriff", in N. Luhmann (ed.), *Soziale Differenzierung. Zur Geschichte einer Idee*, Opladen, Westdeutscher Verlag, pp. 96-118.
- _____. (1985b), *Making sense of Marx*. Cambridge University Press.
- _____. (1989a), *Solomonic judgments: studies in the limitations of rationality*. Nova York, Cambridge University Press.
- _____. (1989b), *The cement of society. A study of social order*. Nova York, Cambridge University Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. (ed.). (1993), *Changing classes. Stratification and mobility in post-industrial societies*. Londres, Sage.
- FALTER, J. W. (1982), "Radikalisierung des Mittelstandes oder Mobilisierung der Unpolitischen? Die Theorien von Seymour Martin Lipset und Reinhard Bendix über die Wählerschaft der NSDAP im Lichte neuerer Forschungsergebnisse", in P. Steinbach (ed.), *Probleme politischer Partizipation im Modernisierungsprozess*, Stuttgart, Klett-Cotta, pp. 438-69.
- _____. (1984), "Die Wähler der NSDAP 1928-1933: Sozialstruktur und parteipolitische Herkunft", in W. Michalka (ed.), *Die national-sozialistische Machtergreifung*, Paderborn, Schöningh, pp. 47-59.
- FEATHERSTONE, M. (1989), "Towards a sociology of postmodern culture", in H. Haferkamp (ed.), *Social structure and culture*, Berlin, Walter de Gruyter, pp. 147-74.
- GAMSON, W.A. (1988), "Political discourse and collective action", in B. Klandermans, H. Kriesi e S. Tarrow (eds.), *From structure to action: comparing social movement research across cultures* (Vol. 1: *International Social Movement Research*), Greenwich, CT, JAI Press, pp. 219-44.
- _____. (1992), *Talking politics*. Boston, MIT Press.
- GAMSON, W. A. e MODIGLIANI, A. (1987), "The changing culture of affirmative action", in R.D. Braungart e M.M. Braungart (eds.), *Research in political sociology*, vol. 3, Greenwich, CT, JAI Press, pp. 137-77.
- _____. (1989), "Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach". *American Journal of Sociology*, 95: 1-38.
- GANS, H.J. (1988), *Middle American individualism*. Nova York, Free Press.
- GERSHUNY, J.I. (1978), *After industrial society? The emerging self-service economy*. Londres, Macmillan.

- _____. (1983), *The new service economy. The transformation of employment in industrial societies*. Londres, Pinter.
- GIDDENS, A. (1973) *The class structure of advanced societies*. Londres, Hutchinson.
- _____. (1987), *Social theory and modern sociology*. Cambridge, Polity Press.
- GOLDTHORPE, J.H. (1978), "Comment on: F. Bechhofer et. al., *Structure, consciousness and action*. A sociological profile of the British middle class". *British Journal of Sociology*, 29: 436-8.
- GOULDNER, A.W. (1979), *The future of the intellectuals and the rise of new class*. Nova York, Seabury.
- GURR, T.R. (1970), *Why men rebel*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- HABERMAS, J. (1984), *The theory of communicative action. Volume I: Reason and the rationalization of society*. Boston, Beacon Press.
- _____. (1987), *The theory of communicative action. Volume II: Lifeworld and system. A critique of functionalist reason*. Boston, Beacon Press.
- HAMILTON, R.F. (1982), *Who voted for Hitler?* Princeton, Princeton University Press.
- HAMILTON, R.F. e WRIGHT, J.D. (1986), *The state of the masses*. Nova York, Aldine.
- HECHTER, M. (1989), *Principles of group solidarity*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- _____. (1990), "The emergence of cooperative social institutions", in M. Hechter, K.D. Opp e R. Wippler (eds.), *Social institutions. Their emergence, maintenance and effects*, Nova York, Aldine de Gruyter, pp. 13-34.
- _____. (1991), Should values be written out of the social scientists' lexicon? Stanford University, manuscrito inédito.
- HIRSCHMAN, A.O. (1977), *The passions and the interests. Political arguments for capitalism*. Princeton, Princeton University Press
- _____. (1982), *Shifting involvements: private interests and public action*. Princeton, Princeton University Press.
- HULSBURG, W. (1988), *The German Greens: a social and political profile*. Londres, Verso.
- INGLEHART, R. (1977), *The silent revolution. Changing values and political styles among western publics*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1990a), *Culture shift in advanced industrial societies*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1990b), "Values, ideology, and cognitive mobilization in new social movements", in R.J. Dalton e M. Kuechler (eds.), *Challenging the political order. New social and political movements in western democracies*, Cambridge, Polity Press, pp. 43-66.
- JOHNSON, D.L. (ed.). (1982), *Class and social development: a new theory of the middle class*. Beverly Hills, Sage.
- KANN, M.E. (1986), *Middle class radicalism in Santa Monica*. Philadelphia, PA, Temple University Press.
- KLUCKHOHN, F.R. e STRODTBECK, F.L. (1961), *Variations in value orientations*. Westport, CT, Greenwood Press.
- KOCKA, J. e PRINZ, M. (1983), "Vom 'neuen Mittelstand' zum angestellten Arbeitnehmer. Kontinuität und Wandel der deutschen Angestellten seit der Weimarer Republik", in W. Conze e R.M. Lepsius (eds.), *Sozialgeschichte der Bundesrepublik Deutschland*, Stuttgart, Klett, pp. 210-55.
- KONRAD, G. e SZELENYI, I. (1979), *The intellectuals on the road to class power*. Nova York, Harcourt Brace Jovanovich.
- KRACAUER, S. (1985), *Die Angestellten. Aus dem neuesten Deutschland*. Frankfurt, Suhrkamp.
- KRIESI, H. (1987), "Neue soziale Bewegungen: Auf der Suche nach ihrem gemeinsamen Nenner". *Politische Vierteljahresschrift*, 28: 315-34.
- _____. (1989), "New social movements and the new class in the Netherlands". *American Journal of Sociology*, 94: 1.078-117.
- LASH, S. e URRY, J. (1987), *The end of organized capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- LEDERER, E. (1912), *Die Privatangestellten in der modernen Wirtschaftsentwicklung*. Tübingen, Mohr.

- _____. (1979), "Die Gesellschaft der Unselbständigen. Zum sozialpsychologischen Habitus der Gegenwart (1913/19)", in J. Kocka (ed.), *Kapitalismus, Klassenstruktur und Probleme der Demokratie in Deutschland 1910-1940. Ausgewählte Aufsätze von Emil Lederer*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 14-32.
- LIPSET, S.M. (1988), *Revolution and counterrevolution*. Edição revista. New Brunswick, NJ, Transaction Books.
- LOCKWOOD, D. (1987), "Staatsbürgerliche Ungleichheit", in B. Giesen e H. Haferkamp (eds.), *Soziologie der sozialen Ungleichheit*, Opladen, Westdeutscher Verlag, pp. 31-48.
- LUKE, T. W. (1989), *Screens of power, ideology, domination, and resistance in informational society*. Urbana, University of Illinois Press.
- McADAMS, J. (1987), "Testing the theory of the new class". *Sociological Quarterly*, 28: 23-49.
- MELUCCI, A. (1985), "The symbolic challenge of contemporary movements". *Social Research*, 52: 789-816.
- _____. (1988), "Getting involved: identity and mobilization in social movements", in B. Klandermans, H. Kriest e S. Tarrow (eds.), *From structure to action: comparing social movement research across cultures* (Vol. 1: *International Social Movement Research*), Greenwich, CT, JAI Press, pp. 329-48.
- _____. (1989), *Nomads of the present. Social movements and individual needs in contemporary society*. Londres, Hutchinson Radius.
- _____. (1995), "The new social movements revisited: reflections on a sociological misunderstanding", in Louis Maheu (ed.), *Social movements and social classes. The future of collective action*, Londres, Sage, Sage Studies in International Sociology, 46, cap. 4.
- MILLS, C. W. (1956), *The power elite*. Londres, Oxford University Press.
- MOORE, B. (1978), *Injustice: the social bases of obedience and revolt*. White Plains, NY, Sharpe.
- MOSCOVICI, S. (1985), *L'âge des foules. Un traité historique de psychologie des masses*. Bruxelles, Editions Complexe.
- OFFE, C. (1985a), "Bemerkungen zur spieltheoretischen Neufassung des Klassenbegriffs bei Wright und Elster". *Prokla*, 15: 83-8.
- _____. (1985b), *Disorganized capitalism: contemporary transformations of work and politics*. Cambridge, Polity Press.
- _____. (1985c), "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics". *Social Research*, 52: 817-68.
- OFFE, C. e WIESENTHAL, H. (1980), "Two logics of collective action: theoretical notes on social class and organizational form", in M. Zeitlin (ed.), *Political power and social theory*, vol. 1, Greenwich, CT, JAI Press, pp. 67-115.
- OLOFSSON, G. (1988), "After the working-class movement? An essay on what's 'new' and what's 'social' in the new movements". *Acta Sociologica*, 31: 15-34.
- PAKULSKI, J. (1988), "Social movements in comparative perspective", in L. Kriesberg (ed.), *Research in social movements, conflicts and change*, vol. 10, Greenwich, CT, JAI Press, pp. 247-67.
- _____. (1991), *Social movements. The politics of moral protest*. Melbourne, Longman Cheshire.
- _____. (1993), "The dying of class or of Marxist class theory?". *International Sociology*, 8: 179-92.
- _____. (1995), "Social movements and class: the decline of the marxist paradigm", in Louis Maheu (ed.), *Social movements and social classes. The future of collective action*, Londres, Sage, Sage Studies In International Sociology, 46, cap. 2.
- PAPPI, F.U. (1981), "The petite bourgeoisie and the new middle class. Differentiation and homogenisation of the middle strata in Germany", in F. Bechhofer e B. Elliott (eds.), *The petite bourgeoisie. Comparative studies of the uneasy stratum*, Nova York, St Martins's Press, pp. 105-20.
- PARKIN, F. (1968), *Middle class radicalism*. Manchester, Manchester University Press.
- PIVEN, F.F. e CLOWARD, R.A. (1972), *Regulating the poor. The function of public welfare*. Londres, Tavistock.
- PRINZ, M. (1981), "Das Ende der Standespolitik. Voraussetzungen und Konsequenzen mittelständischer Interessenpolitik in der Weimarer Republik am Beispiel des Deutschnationalen Handlungsgehilfenverbandes", in J. Kocka (ed.), *Angestellte im europäischen Vergleich. Die Herausbildung angestellter Mittelschichten seit dem späten 19. Jahrhundert*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 313-53.

- ROEMER, J.E. (1982), *A general theory of exploitation and class*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (ed.). (1986), *Analytical marxism*. Cambridge/Paris, Cambridge University Press/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- RUCHT, D. (ed.). (1991), *Research on social movements. The state of the art in Western Europe and the USA*. Frankfurt, Campus.
- SCHELSKY, H. (1975), *Die Arbeit tun die Anderen*. Opladen, Westdeutscher Verlag.
- SØRENSEN, A.B. (1991), "On the usefulness of class analysis in research on social mobility and socioeconomic inequality". *Acta Sociologica*, 34: 71-87.
- SPEIER, H. (1977), *Die Angestellten vor dem Nationalsozialismus. Ein Beitrag zum Verständnis der deutschen Sozialstruktur 1918-1933*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- STEINMETZ, G. e WRIGHT, E.O. (1989), "The fall and rise of the petty bourgeoisie: changing patterns of self-employment in the postwar United States". *American Journal of Sociology*, 94: 973-1.019.
- THOMPSON, M., ELLIS, R. e WILDAVSKY, A. (1990), *Cultural theory, or, why all that is permanent is bias*. Boulder, CO, Westview Press.
- TOURAINÉ, A. (1969), *La société postindustrielle*. Paris, Denoël.
- _____. (1981), *The voice and the eye*. Nova York, Cambridge University Press.
- _____. (1985a), "An introduction to the study of social movements". *Social Research*, 52, 4: 749-88.
- _____. (1985b), "Klassen, soziale Bewegungen und soziale Schichtung in einer nachindustriellen Gesellschaft", in H. Strasser e J.H. Goldthorpe (eds.), *Die Analyse sozialer Ungleichheit*, Opladen, Westdeutscher Verlag, pp. 324-38.
- VESTER, M. (1983), "Die 'Neuen Plebejer': Thesen zur Klassen- und Schichtstruktur und zu den Entwicklungsperspektiven der neuen sozialen Bewegungen", in H.H. Hartwich (ed.), *Gesellschaftliche Probleme als Anstoss und Folge von Politik*, Opladen, Westdeutscher Verlag, pp. 213-24.
- _____. (1989), "Neue soziale Bewegungen und soziale Schichten", in U. C. Wasmuth (ed.), *Alternativen zur alten Politik? Neue soziale Bewegungen in der Diskussion*, Darmstadt, Wissenschaftlichen Buchgesellschaft, pp. 38-63.
- WINKLER, H.A. (1971), "Der rückversicherte Mittelstand: Die Interessenverbände von Handwerk und Kleinhandel im deutschen Kaiserreich", in W. Rüegg e O. Neuloh (eds.), *Zur soziologischen Theorie und Analyse des 19. Jahrhunderts*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 163-79.
- _____. (1979), "Extremismus der Mitte? Sozialgeschichtliche Aspekte der nationalsozialistischen Machtergreifung", in H.A. Winkler, *Liberalismus und Antiliberalismus. Studien zur politischen Sozialgeschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, pp. 205-17.
- _____. (1983), "Stabilisierung durch Schrumpfung: Der gewerbliche Mittelstand in der Bundesrepublik", in W. Conze e M.R. Lepsius (eds.), *Sozialgeschichte der Bundesrepublik Deutschland. Beiträge zum Kontinuitätsproblem*, Stuttgart, Klett-Cotta, pp. 187-209.
- WRIGHT, E.O. (1985), *Classes*. Londres, NLB.
- _____. (1986), "What is middle about middle class?", in J. Roemer (ed.), *Analytical marxism*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 114-40.
- _____. (1990), "A general framework for the analysis of class structure", in E. O. Wright (ed.), *The debate on classes*, Londres, Verso, pp. 3-43.
- ZALD, M.N. e McCARTHY, J.D. (eds.). (1979), *The dynamics of social movements*. Cambridge, Winthrop.
- _____. (1987), *Social movements in an organizational society*. New Brunswick/Oxford, Transaction Books.